

## Henrique Galvão *Em Terra de Pretos e em conflito com os brancos da Agência Geral das Colónias*

Alberto Oliveira Pinto<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretendemos mostrar como no seu primeiro livro, *Em Terra de Pretos. Crónicas de Angola*, escrito em Angola em 1928 e publicado em Portugal em 1929, Henrique Galvão foge ao paradigma imposto pela propaganda colonial portuguesa para a descrição do colono português em Angola enquanto civilizador mas, em contrapartida, contribui para a construção do retrato enselvajador do angolano.

**Palavras-chave:** Henrique Galvão; Literatura Colonial; Angola; “Cafrealização”; Selvajaria.

**Resumé:** Nous prétendons montrer comment est-ce que dans son premier livre, *Em terra de Pretos. Crónicas de Angola*, écrit en Angola en 1928 et publié au Portugal en 1929, Henrique Galvão s'éloigne du paradigme imposé par la propagande coloniale portugaise pour la description du colon portugais en Angola en tant que civilisateur mais, par contre, il contribue à la construction du portrait ensauvageur de l'angolais.

**Mots-clés:** Henrique Galvão; Littérature Coloniale; Angola; “Cafreization”; Sauvagerie.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em História de África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

## 1. Introdução

Entre as obras que, na edição do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias de 1929, foram desclassificadas, um livro de cerca de duzentas páginas, intitulado *Em terra de Pretos. Crónicas de Angola* e assinado por um tal Henrique Galvão, parece ter provocado profundo agastamento a Armando Zuzarte Cortesão, Agente Geral das Colónias, director do *Boletim da Agência Geral das Colónias* e presidente do júri do Concurso entre 1926 e 1931, que a considerou uma obra escandalosamente antipatriótica (PINTO, 2002). Indignando-se com o facto de o autor de *Em terra de Pretos. Crónicas de Angola*, durante a sua estada em Angola entre 1927 e 1929, cujas impressões relata nestas crónicas – incluindo no início algumas páginas sobre Cabo Verde e São Tomé -, não ter encontrado “na obra que os portugueses têm feito nas colónias que ele visitou uma pessoa ou um facto que lhe merecessem admiração ou mesmo simpatia” (Sic.), Cortesão acrescentava que Henrique Galvão só admirara estrangeiros, como um caçador de elefantes britânico e duas mulheres bóeres, e exaltara a superioridade dos ingleses e dos alemães enquanto colonizadores em relação aos portugueses. No que diz respeito a estes últimos, “tudo lhe inspirou desdém, desprezo, crítica destrutiva e maldizente [...], desde os mais altos funcionários aos mais modestos, os colonos, tudo e todos; [...] Quem lesse e acreditasse no que o Sr. Henrique Galvão escreve, teria vergonha de ser português! Que certos italianos e alemães, que não perdem a esperança e a fantasia de uma partilha das Colónias portuguesas, nos insultem e difamem, compreende-se; mas que um português, com a responsabilidade de ser um oficial do exército, faça o mesmo, é que não se compreende, maldizendo tudo o que é nosso com ar “blazé” e superior. [...] A que se poderá isto prestar nas mãos dos activos, persistentes e perigosos inimigos da nossa obra colonial? Que tristeza! Que serviços terá o Sr. Henrique Galvão prestado à sua Pátria, para se julgar com o direito de maldizer tudo e todos?” (CORTESÃO, 1930a).

De que trata este livro, o primeiro dos muitos que escreveria o oficial de infantaria Henrique Carlos Malta Galvão (1895, Barreiro/Portugal – 1970, São Paulo/Brasil), redigido durante a sua primeira estada em Angola, para onde partiu exilado a 15 de Novembro de 1927, depois de preso por envolvimento na fracassada tentativa de golpe de Estado de 12 de Agosto de 1927 (“Golpe dos Fifis” ou “Revolução dos Fifis”), vindo posteriormente a assumir, entre Abril e Novembro de 1929, as funções de Governador do Distrito da Huíla (MONTOTO, 2005, p.19-72)?

Henrique Galvão utiliza aqui, pela primeira vez, recorrendo à mitologia grega clássica e concretamente ao mito de Jasão e dos Argonautas, a metáfora do “Velo de Ouro” – que viria, aliás, a ser o título do seu primeiro romance, então já em preparação (GALVÃO, 1933) -, aplicando-a às ilusões dos portugueses em enriquecer facilmente em Angola. Repetirá, aliás, a expressão sistematicamente ao longo das duzentas páginas (GALVÃO, 1929). As vinte e cinco crónicas incluídas em *Em Terra de Pretos*, à excepção da primeira, “Diário de Bordo” (GALVÃO, 1929, p.7-37), cuja data coincide com a do próprio embarque de Henrique Galvão para Angola, a 15 de Novembro de 1927, são todas datadas do ano de 1928, entre os meses de Janeiro e Maio, correspondendo a um período em que o autor ainda não assumiu responsabilidades políticas no governo da colónia. Poderíamos agrupá-las em quatro temáticas: como vê Henrique Galvão os portugueses em Angola; como vê Henrique Galvão os “cafrealizados” portugueses; como vê Henrique Galvão os “cafrealizados” estrangeiros; finalmente, como vê Henrique Galvão os angolanos. Analisando-as, verificaremos que o que motivou a indignação do Agente Geral das Colónias, Armando Zuzarte Cortesão, ao considerar este livro anti-patriótico, foi o modo como Henrique Galvão abordou as três primeiras temáticas e não a última. Porquê?

## 2. Como vê Henrique Galvão os portugueses em Angola: o colono comum e a mulher portuguesa

Logo na segunda crónica, “O Clima” (GALVÃO, 1929, p. 39-48), escrita no Lubango e datada de Fevereiro de 1928, Henrique Galvão desmonta pela primeira vez, ainda que em linhas gerais, os dois mitos relativos a Angola – ou à generalidade das colónias portuguesas no continente africano - que, não muito tempo depois, designaria por mito da “Colónia do Minotauro de Creta” e por mito da “Colónia do Velo de Oiro”: “A África – e em Portugal a África são as colónias portuguesas – tem sido apresentada como um papão, uma terra maldita, inóspita, para onde os degredados vão expiar os seus crimes e os falhados vão estoirar as febres” (GALVÃO, 1929, p. 39). Acrescenta, aliás, que “ficou do Brasil a lenda do Oiro que atrai e da África a lenda do clima que assusta”, pelo que há que “convencer as pessoas de que o Brasil foi chão que deu uvas e que a África é o chão que as vai dar” (GALVÃO, 1929, p. 40).

Até este ponto, o texto de Galvão pode considerar-se “politicamente correcto”, pois não se desvia do espírito da Agência Geral das Colónias, então já generalizado entre os teóricos portugueses. A novidade surge quando o autor atribui aos climas mais nocivos do continente africano o retrato estereotipado que traça do português que para ele migra: “[...] o português que vem para África raríssimas vezes vem com o intuito de se fixar – mais raras vezes ainda com o intuito de colonizar. Todo o seu programa consiste em fazer fortuna e voltar rapidamente” e, para esse fim, “o português sacrifica-se de tal modo que vive em casas miseráveis, sem conforto, nem higiene” (GALVÃO, 1929, p. 44). Consequentemente, o português em Angola, “desde que tome o quinino, alcooliza-se, vive sem regra, sem moral, sem preocupação”, ingerindo “entre 10 a 15 garrafas por dia” (Sic.) de cerveja, além do chamado “vinho quinado” (GALVÃO, 1929, p. 46-47). Em suma, para Henrique Galvão, o colono português em Angola é, na sua generalidade, um alcoólatra.

Além do clima, Henrique Galvão encontra outro factor para o drama de alcoolismo dos portugueses em Angola, a falta de mulheres brancas, o que o leva a conceber a grosseria machista que vem a ser a quinta crónica que apresenta no seu livro, “O Paraíso das Quarentonas” (GALVÃO, 1929, p. 75-82), escrita em Benguela e datada de Maio de 1928. A ausência em Angola de mulheres europeias de idade não superior a quarenta anos – idade que o escritor dos anos de 1920 considera provecta -, gera nos colonos portugueses, segundo Henrique Galvão, um outro vício grave para além do das bebidas alcoólicas, o de se desabituares das mulheres brancas e, na falta delas, coabitarem com as negras: “[O colono português] vai distraíndo em amores negros, sempre fáceis, sempre puramente animais, o seu hábito de amar. [...] O que sucede com os portugueses que não estão habituados a ver pretos, sucede com os europeus que se desabituares de ver brancos: “São todos iguais – são brancos!”” (GALVÃO, 1929, p.78). Eis a razão pela qual Henrique Galvão designa por “cafres brancos” aqueles colonos portugueses que, tendo tido a sorte de adquirir algum poder económico, aspiram a unir-se a mulheres brancas e não a negras, não obstante a maioria destas mulheres europeias serem “quarentonas”, como dois casos que indica de dois comerciantes brancos: um que ficou enfeitiçado com uma “megera farta de carnes” como se ela fosse “um velo de oiro misteriosamente alcançado” (Sic.); outro que dissipou o seu património por uma “donzela” de 45 primaveras” (GALVÃO, 1929, p.80).

Deste modo, sempre encarando a mulher enquanto mero objecto sexual, Henrique Galvão desenvolve uma teoria singular sobre a economia angolana: “Há dois produtos metropolitanos que importados para Angola se valorizam por 30%: são a moeda e as mulheres. [...] Uma nota de 100 escudos trocada em Luanda vale 130 escudos provinciais – mesmo que aí chegue velhinha e esfiampada; uma senhora de 40 anos embarca no Cais da Fundação e cambiada em qualquer cidade angolana, vale uma virgem de 25 primaveras – mesmo que cá chegue com cárie nos dentes e nódoas na reputação.

[...] *Entre a moeda e as mulheres há apenas uma diferença: enquanto uma enfraquece com a transparência, a outra ganha força, enquanto a moeda tem o mesmo ágio em toda a parte, o da mulher varia na razão directa do quadrado das distâncias para o interior. [...] A sexagenária, que em Benguela se cota por 40 anos, é recebida por 30 no Huambo, por 25 no Bié, por 18 certamente nas lonjuras misteriosas do Cubango, lá para onde Angola acaba. [...] O protector respeitável que se procura nos anúncios dos jornais europeus, com tão poucas probabilidades, encontra-se aos pontapés nas ruas de Luanda, de Benguela e de Lobito*" (GALVÃO, 1929, p. 76). Confirmando, ainda que indirectamente, a preferência dos colonos portugueses pelas mulheres brancas em vez das negras, conclui o autor que Angola "é terra para as mulheres maduras que não encontraram companheiros procurarem homem", sendo por isso "o Paraíso das deserdadas do amor – Angola é todo o futuro das europeias sem futuro" (GALVÃO, 1929, p. 77). Em suma, para Henrique Galvão, em Angola os homens brancos são todos alcoólatras e as mulheres todas "quarentonas", pelo que não há qualquer motivo para que os portugueses se sintam orgulhosos enquanto colonizadores.

### **3. A "cafrealização indigna" dos portugueses: os "regressados às trevas" e a honrosa excepção de Teodósio Cabral**

Na linha do darwinismo social, Henrique Galvão não deixa de ver na "cafrealização" um fenómeno de "descivilização" ou, como escrevera anos antes Hipólito Raposo, uma "conversão portuguesa ao indigenato de África" ou uma "assimilação regressiva" (RAPOSO, 1926, p. 208). No entanto, o autor de *Em Terra de Pretos* parece agrupar em duas categorias distintas os indivíduos que conheceu em Angola e que designa por "cafrealizados": por um lado aqueles que se cafrealizaram "com dignidade", mantendo a sua integridade moral; por outro os que o fizeram de modo "indigno", retrocedendo no grau de "civilização". Só estes últimos, na maioria portugueses, devem, do seu ponto de vista, ser combatidos. Qual o critério utilizado por Henrique Galvão nesta classificação?

Começamos pela segunda categoria de “cafrealizados”, os que optaram pela “cafrealização” vergonhosa ou indigna, aos quais Henrique Galvão consagra toda uma crónica, “Regresso às trevas” (GALVÃO, 1929, p.171-178), escrita em Luanda em Maio de 1928. Nela começa por citar um autor brasileiro, o Dr. Teixeira Bastos, o qual, *“defendendo a ideia de que a civilização caminha por etapas sucessivas e lógicas, segundo as leis da evolução, e nunca conforme as precipitações de uma avulsão”* (Sic.), narra a histórica verídica, ocorrida cerca de 40 anos antes – portanto no último quartel do século XIX -, de um índio brasileiro levado aos três anos de idade para uma cidade do litoral do Brasil, onde se tornaria um médico distinto. Porém, um dia, esse médico desapareceu misteriosamente, vindo, passados anos, a ser descoberto por um explorador na sua “tribo selvagem”, onde *“vivioia feliz e descuidado, depois de trocar o complet [fato, terno] pela tanga dos seus maiores e a ciência pelos feitiços dos seus manipansos. [...] Sobre aquele homem incidiam forças ancestrais inexoráveis”* (GALVÃO, 1929, p.173).

Mas, se um caso como o deste índio é admissível nos indivíduos das “raças não evoluídas”, como os índios e os negros, em contrapartida já não o é naqueles que se incluem entre as “raças evoluídas” ou “caucasianas”, nomeadamente os portugueses. Assim sendo, por contraposição à história do médico índio brasileiro, Henrique Galvão relata um outro caso, este ocorrido 20 anos antes em Angola com um advogado natural do Douro, no norte de Portugal. Chegado a Luanda, onde escasseavam advogados, o jovem causídico, então com cerca de 25 anos de idade, não tardou a ter sucesso profissional, mas *“como sucedia com muitos outros portugueses em Angola, bons meridionais, para quem os preconceitos da raça e da cor não têm grande peso, dividia-se regularmente entre os afazeres da profissão e o amor fácil das pretas. [...] A repugnância que de princípio os brancos de uma certa categoria sentem pelas mulheres negras, e que em alguns casos é constante, por mais longa que seja a sua permanência em África, rapidamente foi sufocada, pela falta de contacto com as brancas”* (GALVÃO,

1929, p.174). Ou seja, para Henrique Galvão, a ausência de preconceito de raça, frequente e falaciosamente atribuída aos meridionais, particularmente aos portugueses - considerados, já no século XIX por autores como Haeckel ou Oliveira Martins, um ramo subalterno da “raça caucasiana” -, não é uma virtude, como viria a ser para os luso-tropicalistas e já o era para os defensores do “hibridismo”, e sim um defeito. Maior defeito ainda, porque delirante, segundo Galvão, vem a ser a imposição da estética europeia aos africanos e a consequente apropriação dos seus pretensos valores por parte dos portugueses, operações preconizadas e perpetradas por este jovem advogado: *“Passado algum tempo [o advogado] apreciava-as [às mulheres negras] como verdadeiro gourmet e arvorava-se em “esteta sensual”, alegando que havia “pretas esculturais, impressionantes, verdadeiras reproduções do génio grego, em corpos gentis”, onde ele se prestava a esquecer a hediondez do rosto, a boca repugnante e o cheiro insuportável”* (GALVÃO, 1929, p.175).

Contudo, depois de viver três anos em Luanda cercado de um *“harém numeroso”* (Sic.), o advogado desapareceu, liquidando rapidamente os seus haveres e não tornando a ser visto na cidade. Anos depois, um caçador – seria Teodósio Cabral? - passou por uma *“sanzala”* na região dos Luchazes e soube que nessa pequena povoação, onde habitavam meia dúzia de famílias africanas, vivia há mais de três anos o tal advogado natural de uma cidade portuguesa do Douro. A descrição que dele é feita evidencia, enquanto elementos de cafrealização, a domesticação do cabelo e da barba, o vestuário, a língua, a alimentação, a sensualidade das danças, o carácter rudimentar da habitação, o alcoolismo e ainda a indolência atribuídos pelo discurso colonial ao homem africano, do qual o cafrealizado visa aproximar-se: *“Usava a barba toda, o cabelo rapado à escovinha, como os indígenas, umas calças inverosímeis atadas à cinta com uma peça de pele de cabra e o tronco nu, bronzeado pelos sinapismos do sol canicular”* (GALVÃO, 1929, p.176). O caçador,

igualmente branco e português, que ficara de tal modo impressionado com esta figura inusitada, ao ponto de só conseguir dialogar com o ex-advogado em “língua indígena”, prossegue na descrição do “cafrealizado”: *“Com eles [os negros] alimentava-se de fuba, farinada no pilão gentílico, dançava o batuque festivo nos dias de prazer, dormia no chão, envolto de uma manta de papa, embriagava-se com marufo e passava o melhor do seu dia bestialmente espojado à porta da cubata enquanto a mulher cuidava dos filhos e trabalhava por ele”* (GALVÃO, 1929, p.178). O retrato enselvajador do português cafrealizado é acentuado pela atribuição do estatuto de ente híbrido ao seu filho, *“um mulato de cabelos aloirados e olhos muito vivos, que se parecia com o pai”* (Sic.), e pela caracterização da sua companheira angolana, animizada e zoomorfizada: uma *“preta que, na cidade, com filtros misteriosos, o tinha levado à monogamia”* e que se tinha *“transformado num bicho hediondo, de seios longos como sacos de café, o ventre rotundo, a cabeça asfixiada num penteado fantástico de barro e gorduras repelentes, o pescoço ajoujado de amuletos gentílicos, todo o corpo reluzente de banha fétida”* (GALVÃO, 1929, p. 177-178).

Mas, segundo Henrique Galvão, só os portugueses são susceptíveis de cair na situação de “cafrealização indigna” ou de “regresso às trevas”, conforme o título da crónica. Todos os outros que o autor, considerando igualmente tratem-se de “cafrealizados”, salvaguarda desta condição “vergonhosa”, não são portugueses e sim bóeres ou ingleses, se exceptuarmos o caso do seu amigo Teodósio Cabral, a quem dedica a crónica “Teodósio Cabral, caçador de elefantes” (GALVÃO, 1929, p. 159-169), escrita em Capelongo (distrito da Huíla) em Maio de 1928. Nesse texto, onde relata algumas aventuras de caça desse português de 35 anos de idade e caçador profissional desde os 20, Henrique Galvão descreve Teodósio Cabral como um *“cafrealizado, incapaz de sentir o que a sua condição tem de mais belo – a liberdade”* (GALVÃO, 1929, p. 160), mas que, no entanto, é um “gentleman”,

porquanto, mesmo ausentando-se de casa para se embrenhar no mato durante seis meses na estação da caça, no dia em que regressa ao Lubango, onde reside com a esposa, igualmente portuguesa, e os filhos, *“pode envergar smoking, tomar um lugar de luxo num paquete da Europa”* (GALVÃO, 1929, p. 159) sem que ninguém imagine o tempo que passou longe da “civilização”. Um pormenor interessante na descrição lisonjeira que Henrique Galvão faz de Teodósio Cabral reside no facto de este caçador profissional viver, não à maneira dos portugueses, e sim dos ingleses e dos bóeres, caçando montado a cavalo e acompanhado de um carro bóer de espanas de bois onde viajam os seus serviçais africanos: o cozinheiro, os boieiros, os tratadores dos cavalos e das armas e os serviçais de caça. De entre estes últimos, Galvão destaca *“um negro interessante, de barbicha esfriampada, que lhe é [a Teodósio Cabral] imensamente dedicado, e que põe uma argola de unha de elefante no lenço, por cada um [elefante] que vê [Teodósio Cabral] matar”* (GALVÃO, 1929, p. 163).

A julgar pelo retrato traçado de Teodósio Cabral, o colonizador ideal em Angola é, para Henrique Galvão, aquele que, além de não se degradar nem regredir no grau de “civilização”, se mantém acima dos negros e dos mestiços, fazendo dos primeiros seus servidores e desprezando os segundos. Galvão melhor ilustrará esta perspectiva quanto ao primeiro caso, a atitude perante os negros, na crónica “Mulheres Bóeres” (GALVÃO, 1929, p. 109-117), escrita em Mulondo (distrito da Huíla) em Maio de 1928, e quanto ao segundo, o desprezo pelos mestiços, na crónica “O branco que odiava as brancas” (GALVÃO, 1929, p. 179-186), redigida em Forte Roçadas (mais tarde Vila Roçadas, distrito do Cunene) em Fevereiro do mesmo ano.

#### 4. A “dignidade” da “cafrealização” estrangeira: as “Mulheres Bóeres” e o inglês Perkings

Na crónica “Mulheres Bóeres”, Henrique Galvão relata duas histórias dramáticas ocorridas em território angolano com duas famílias bóeres, de entre as mais de trezentas que, provenientes do *Thirstlande Treck* (3<sup>o</sup> Grande Treck ou 3<sup>a</sup> Grande Migração) - saído em 1875 do Transval, às vésperas da anexação, por parte da Grã-Bretanha, em 1876/77, desta região a norte do rio Vaal –, tomaram a direcção noroeste, atravessando a área do Calaári correspondente aos actuais Estados do Botswana e da Namíbia, e progrediram para norte, ao longo do rio Cubango (ou Okavango), com nascente em Angola, chegando em 1879 às margens do rio Cunene, onde viriam a defrontar os humbes (do grupo nhaneka-humbe) e os seus vizinhos cuamatos e cuanhamas (do grupo ambó ou ovambo) (COSTA, 1998, p. 19-34; DUARTE, 1999, p. 129-132 e p. 153-163). Desde 1878 que este *trek bóer*, sob a autoridade de Jacobus Frederick Botha, negociava com o Cônsul-Geral de Portugal no Cabo a sua instalação em terras da Huíla, havendo conseguido em 1880 a concessão, por parte das autoridades portuguesas, de cerca de 200 hectares de terra por família na Humpata, e sendo decretada em Novembro de 1881 a sua naturalização em bloco enquanto cidadãos portugueses. As vantagens desta iniciativa, para a potência colonizadora, residiam sobretudo na triplicação da população branca das Terras Altas da Huíla, além da entrada em Angola de cerca de 100 cavalos e 2000 bois e da aquisição de centenas de indivíduos peritos no manejo de espingardas, que se revelariam úteis nas campanhas do centro e do sul de Angola contra os cuamatos e cuanhamas, até meados do primeiro quartel do século XX. Posteriormente, mesmo já no século XX, outros grupos de bóeres entraram no território angolano através do Zambeze, atravessando o quadrado do Cazombo, no Moxico (PÉLISSIER, 1986b, p.144-148).

A primeira família bóer cuja história Henrique Galvão relata é constituída apenas por um jovem casal, com um filho de dois anos de idade, que se estabelecera algures no Cuangar, na margem ocidental do rio Cubango, vivendo da caça e da troca de marfim por munições com os portugueses: “[...] *ele era um caçador nómada, homem bravio criado na vida do mato, de cabelos loiros e olhos azuis, e ela uma mulher desempenada, larga de ombros e quadris – uma mulher de Rubens, se fora um pouco mais bela e um pouco menos viril*” (Sic.) e “*a sua pátria errante era um carro enorme e deselegante puxado por dez juntas de bois*” (GALVÃO, 1929, p.109). Este casal vem um dia a ser traído por Malongo, um cuangar que contratara enquanto caçador auxiliar, “*negro bestial, com os dentes cerrados em bico como os dos canibais e uma barbicha musgosa na ponta do queixo*” (GALVÃO, 1929, p.111), o qual combina com o soba local, Mutolo, assassinar o bóer, na condição de dividirem os despojos: o soba ficaria com a pólvora, as armas e os bois; Malongo guardaria para si a mulher branca, que há muito desejava. Efectivamente, depois de atingir o bóer mortalmente com um tiro desfechado pelas costas durante uma caçada, Malongo apresenta-se à viúva da vítima com o chapéu do marido na cabeça, à laia de troféu, e diz-lhe: “*Matei o teu homem e o teu homem agora sou eu!*” (GALVÃO, 1929, p.112). É neste ponto que a mulher bóer se evidencia, aos olhos de Henrique Galvão, como uma heroína, tomando uma atitude que, do seu pondo de vista, nunca ocorreria a um português ou a uma portuguesa. Embora empalidecendo e disfarçando a agonia, a viúva do caçador finge gostar do negro, mas alega que só pode unir-se a ele depois de dar sepultura ao marido, mandando Malongo ter com o soba para combinarem o enterro, o casamento e as partilhas. Horas depois, a bóer recebe Malongo e o soba sentada, com o filhinho nos braços, junto de um barril de pólvora, sobre o qual ardia uma vela. Depois de convidar Malongo a sentar-se ao lado dela, apertou a criança contra o peito e empurrou o barril. Nenhum dos quatro sobreviveu à terrível explosão que então deflagrou (GALVÃO, 1929, p. 113-114).

A segunda heroína bóer que Henrique Galvão nos apresenta vive muito a oeste do Cuangar, na margem direita do rio Cunene, a 80 quilómetros do Humbe, onde se fixara com o marido, um agricultor e criador de gado bóer, havia cerca de dois anos, e é igualmente uma *“mulher vigorosa e lesta, de aspecto possante, um belo animal criado para lutar e para procriar, de felpa amarela como as leas e carnes túrgidas como as amazonas”* (GALVÃO, 1929, p. 115). Numa noite em que o marido se ausentara para ir vender bois ao forte do Humbe, apareceu-lhe em casa, *“como um Lúcifer de teatro, vomitado de um alçapão”* (Sic.), o sobeta Lapundo, senhor daquela *“região de gentio aguerrido e possante, uma grande besta, nas suas concupiscências e tiranias”* (Sic.), que, disposto a violentá-la, disse: *“O teu marido não está e eu venho dormir contigo”* (GALVÃO, 1929, p. 115-116). Também esta mulher não vacilou perante a figura demoníaca, aterradora e lúbrica do “selvagem”: sorriu-lhe e disse-lhe que também lhe apetecia dormir com ele, mas só depois de tomarem café. Observe-se como Henrique Galvão descreve as reacções do africano. Perante esta resposta satisfatória da branca, *“O preto [...] esticou a beizola enorme, num sorriso hediondo e [...] esboçou uns passos de batuque – uns passos genuínos do charlston que se exhibe nas revistas do Casino!”* (GALVÃO, 1929, p.116). Depois de tomarem café alegremente e de ela o encher de guloseimas, entraram no quarto, onde ela o convidou a deitar-se primeiro, pois não queria que ele a visse despir-se porque tinha vergonha. Esta atitude provocou a hilaridade do sobeta. A mulher *“batia-lhe carinhosamente nos músculos de ébano [...] o que o fazia contorcer, em trejeitos burlescos de símio”,* enquanto soltava *“a gargalhada grazineta dos negros [...] já sem ferocidade, como uma criança grande”* (GALVÃO, 1929, p.117). A corajosa bóer aproveitou então este momento fugaz, em que o “Mau Selvagem” se transformou em “criança grande”, para tirar do armário um machado pertencente ao marido e, ainda a gracejar, desfechar um golpe fatal no parietal do negro. Depois pegou num cavalo e fugiu em busca do marido.

Para Henrique Galvão, o mérito destes colonizadores de origem holandesa, francesa e alemã que são os bóeres, particularmente o das suas mulheres, está, pois, na atitude de desprezo que votam aos africanos, caso estes não se lhes submetam servilmente, e na coragem que revelam em não se aliarem a eles na sua “selvajaria”. O mesmo mérito, agora extensivo ao desprezo pelos mestiços, vem Henrique Galvão a atribuir ao súbdito britânico Perkins, protagonista da crónica “O branco que odiava as brancas”. Esta estranha personagem, que muitos anos mais tarde viria a inspirar ao escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho o romance *Os Papéis do Inglês* (CARVALHO, 2000), era, em 1923, “um inglês neurasténico, de rosto áspero como um madeiro e olhar frio como punhal que passava os dias inteiros sentado à porta da barraca com o queixo anichado nos punhos [...] esquecido da tarde”, que “andava por África há 14 anos, sempre no mato bravio do interior, a caçar, isolando-se propositadamente” (GALVÃO, 1929, p. 180). Nunca se soube o motivo pelo qual tinha aversão a mulheres brancas, “num país onde elas são raras e mais desejadas do que a fortuna” (Sic.), não tolerando nem a sua presença nem a referência a elas, ao ponto de se esconder no mato durante dois ou três dias de cada vez que passava pela região uma caravana de bóeres e divisava “a cabeleira fulva de uma mulher” (GALVÃO, 1929, p. 181). Presume-se que a misoginia de Sir Perkins era extensiva às mulheres africanas, pois o texto não refere qualquer companheira negra. Em contrapartida, o seu companheiro de caçadas, um grego com quem vivia numa barraca à beira do rio Cuando e com quem atravessara a fronteira da Rodésia do Norte para o território português “por não respeitar as leis da caça nas colónias inglesas e ser, por isso, perseguido pelas autoridades” (Sic.), tinha, ao que parece, um filho mulato. Aliás a descrição física e psicológica que é feita do grego, um meridional, comparado a um koi-san

ou a um animal, pretende ser o oposto da que é feita do inglês: *“O grego era um homem grosseiro, tisonado como um bochímame, rijo e atarracado como um imbondeiro, um bom animal de presa naquelas florestas imensas, onde ser animal é a condição de uma vida desafogada”* (GALVÃO, 1929, p. 180).

O drama ocorreu no dia em que, tendo o inglês acertado num antílope que o grego tinha falhado, este último enfureceu-se e insultou o companheiro, falando-lhe de uma mulher branca. O inglês, desvairado, pegou na carabina e matou-o. No dia seguinte foi entregar-se ao posto mais próximo, a cerca de 100 quilómetros, e pediu ao chefe de posto que se encarregasse do enterro e dos bens que pertenciam aos herdeiros do grego. Neste ponto, Henrique Galvão aproveita para criticar com acuidade a incúria das autoridades administrativas portuguesas, pois o chefe de posto, não só mandou o inglês em liberdade, como lhe sugeriu que fizesse ele próprio o enterro ao grego. Meses depois, apareceram a reivindicar de Sir Perkings os bens do falecido, quer um mulato que se dizia filho e herdeiro do grego, quer um falso aristocrata que se intitulava Conde d’Artois. Mais uma vez Perkings, pressentindo uma burla, se dirigiu ao posto português a solicitar a guarda dos bens do grego e a prisão para si. E mais uma vez o chefe de posto o pôs em liberdade por não dispor de uma prisão onde o encarcerar e manifestou completa indiferença pelos bens do grego. O súbdito britânico decidiu, então, fazer justiça pelas próprias mãos, numa atitude suicida similar à das mulheres bóeres, ao voltar à sua cubata, onde o esperavam o mulato e o falso conde, e entornar deliberadamente uma lata de petróleo que lançou fogo a tudo o que pudesse ser cobiçado. Em seguida deu um tiro em si próprio, pondo fim à vida. Salvaguardou, assim, a sua integridade moral, desprezando os oportunistas e os mestiços, que Galvão considerava produtos do “amor fácil” das mulheres negras.

### 5. “Coisas de Pretos” ou “Coisas de Mau Selvagem” e o aplauso inusitado de Armando Zuzarte Cortesão

Com este título, “Coisas de Pretos”, Henrique Galvão escreve uma crónica protagonizada por um lunhaneka-humbe das Terras Altas da Huíla, residindo próximo do Lubango, um tal Goncho, que é descrito como sendo um indivíduo que se encontra imergido nas “trevas da selvajaria”.

O primeiro processo de “enselvajamento” a destacar no texto é a descrição do espaço socializado, a senzala e a casa (uma “cubata”, termo depreciativo), onde vive Goncho e a sua família: “*Era uma sanzala como as vulgares sanzalas de Angola: meia dúzia de cubatas, com uma entrada em ar de toca de bicho* [sublinhado nosso], *um pilão à porta de Maté* [a segunda esposa de Gongho], *algumas bananeiras e milho semeado a esmo em volta do cerrado.*” Dentro da cubata vêem-se “*cacos velhos, utensílios misteriosos, cabaças para marufo, ratos mortos, peles de raposa e antílope, três pedras entre as quais todas as noites se fazia o lume que cariciosamente substituía mais farta vestimenta do que a pudica tanga*” (Galvão, 1929, p. 123-124). O segundo processo é a zoomorfização do aspecto físico deste homem: “*Senhor Goncho tinha mais de 50 anos, a avaliar pelo peso do ventre, pelas rugas da testa e pela abundância de raios vermelhos na esclerótica. [...] Era um negro alto e espadaúdo, de opulentos peitorais e bigodes longos, um belo animal em decadência.* Usava uma barbicha esfriampada que, sobre a pigmentação forte da pele, parecia um prolongamento do queixo em acentuado prognatismo. *E aquela queixada possante, sob os lábios grossos e o nariz espalmado de gorila, davam-lhe um aspecto de bestialidade impressionante*” [sublinhados nossos] (GALVÃO, 1929, p. 120). O terceiro processo é a primitivização da domesticação do corpo: “*Como hábito de elegância, o senhor Goncho rapava amiúde, cuidadosamente, a carapinha, com um pedaço de vidro, e exhibia, com altivez, complicadas tatuagens no ventre, abertas a ferro, como os desenhos do couro*

*lavrado*” (GALVÃO, 1929, p. 121). O quarto processo combina a poligamia, a indolência e o alcoolismo: “*Como todos os pretos da sua categoria, sobrinho de soba, proprietário de boas manadas e de três mulheres, o senhor Goncho não gostava de trabalhar. Levantava-se quando o sol já ia alto, comia com apetite, tornava a deitar-se e embriagava-se regularmente com o marufo que as suas mulheres lhe preparavam [...] Eram elas que moíam o pirão, cultivavam o arimo, colhiam o dendém, carregavam água e cuidavam de todos os “muleques” que ele regularmente fazia*” (GALVÃO, 1929, p. 121). Finalmente, enquanto quinto e sexto processos de “enselvajamento”, não podiam deixar de emergir a propensão dos africanos para a dança – Goncho tinha sido um bailarino de fama na juventude – e o belicismo/tribalismo aplacado pelo colonizador apaziguador, pois se Goncho fora em tempos um arrojado guerreiro durante as guerras “*com o gentio das outras raças vizinhas*”, agora lamentava o facto de as mesmas guerras terem acabado porque “*o branco não consentia*” (GALVÃO, 1929, p. 122).

Mas a crónica é apresentada sob a forma de uma pequena narrativa que se inicia com a morte súbita de Mariba, a mais jovem das três esposas de Goncho e por isso também a que lhe custara mais cara, inesperadamente devorada por um crocodilo ao ir buscar água ao rio mais próximo. Inicialmente, Goncho reage com fleuma, acreditando que “*se jacaré tinha levado Mariba é porque Mariba tinha malandra [feitiço] no corpo*” (GALVÃO, 1929, p. 119). A sua preocupação prende-se sobretudo com o prejuízo e o desprestígio que o desaparecimento de Mariba - a qual lhe custara um boi, uma manta de papa, duas fiadas de missangas e um búzio – lhe causara. O “Mau Selvagem” é, portanto, além de polígamo, supersticioso e cúvido.

Porém, sempre que há um “Mau Selvagem”, tem que haver também uma “Má Selvagem”. Como o “Mau Selvagem” é polígamo, as “Más Selvagens”, neste caso, são duas, as esposas sobreviventes de Goncho: Kaba, a mais velha, e por isso com maior autoridade, e Maté, a segunda, ainda jovem. Ambas aconselham o marido a

procurar uma terceira esposa que substitua a falecida Mariba. Antes de sabermos quem será a feliz contemplada, vale a pena ver como o texto procede ao enselvajamento destas duas mulheres, sobretudo da segunda, Maté.

O primeiro processo utilizado não podia deixar de ser a primitivização da domesticação do corpo, apelando, como sempre, para a repugnância: *“Kaba era uma mulher antiga de seios ressequidos e enorme ventre, mas Maté era ainda nova – um corpo flexível de amazona sob uma cabeça elegante de mulher chique. Em cada lado da face usava uma tatuagem da mais acabada elegância – duas flores atravessadas por uma azagaia! A carapinha estava dividida em três secções separadas por riscas incompreensíveis, formando uma espécie de crista, cuidadosamente tratadas com abundantes pastas de gordura”* (GALVÃO, 1929, p. 124). Mais do que “zoomorfizada”, Maté é “coisificada” ou reificada, pois chega a ser comparada, não a qualquer animal, e sim a peças de mobiliário: *“Quando fazia muito calor, a gordura escorria-lhe pela face e dava-lhe um brilho líquido de móvel envernizado que era de requintada elegância e perfeitamente correspondente a qualquer dos exotismos que a moda lembra às parisienses de bom gosto”* (GALVÃO, 1929, p. 125). Se o “Mau Selvagem” é supersticioso e animista, também a “Má Selvagem” o é, através da utilização de “fetiches” (amuletos) contra os “feitiços” (malefícios): *“Em volta do pescoço usava dois colares de grandes contas de fetiches bizarros, que a defendiam das serpentes e dos feitiços”* (GALVÃO, 1929, p. 125). Finalmente, para Henrique Galvão, a mulher angolana é “selvagem” porque, consentindo em ser esposa de um polígamo em parceria com outras, desconhece o sentimento do ciúme: *“Mas nem uma era desdenhada, nem a outra sentia inveja. O único motivo forte para o desdém e a inveja que se manifestassem, fora eliminado pela fecundidade”* (GALVÃO, 1929, p. 125-126).

Aconselhado pelas duas esposas, Goncho começa a procurar mulheres jovens nas senzalas vizinhas. Rejeita três candidatas a terceira esposa por motivos que Henrique Galvão classifica como

“coisas de pretos”. Uma primeira mulher é rejeitada por ser estéril, pois vivera com um homem que tivera filhos de outras e ela não dera à luz nenhum. Goncho repudia uma segunda candidata a esposa por haver sido mulher de branco, não sendo o texto muito claro sobre se a reacção de Goncho se deve ao etnocentrismo ou a um eventual sentimento de inferioridade em relação ao colonizador. Finalmente, e porque o “Mau Selvagem” desconhece a epilepsia, uma terceira candidata é rejeitada por alegado “feitiço”, pois “*caía às vezes de borco no chão e revirava os olhos como a onça nas vascas da morte*” (GALVÃO, 1929, p. 126).

O restante da narrativa é apresentado sob a forma de enredo absurdo, sendo absurdas para o autor, repita-se, as “Coisas de Pretos”. É a velha Kaba quem sugere a Goncho que despose uma rapariguinha de 12 anos de idade ainda virgem, Malonga, “*uma negrita magra, quase esquelética, de olhos inexpressivos, como são os olhos das crianças negras*” (GALVÃO, 1929, p. 127). Por ser virgem, o preço de noiva – ou *alembamento* – de Malonga custa a caro a Goncho, que, na tradição da matrilineariedade, tem que pagar ao tio materno da jovem um saco de milho, cinco punhados de tabaco, um porco, um boi e ainda um cobertor de papa. Porém, se Malonga, a quem Goncho ofereceu pelo casamento um cachimbo bem atestado de tabaco, foi uma noiva dispendiosa, em contrapartida revelar-se-ia uma esposa lucrativa.

Três meses depois do matrimónio, Malonga deslocou-se ao rio para encher a cabaça de água do seu cachimbo e encontrou um amigo de infância da senzala de origem, Taolo, pastor ao serviço do soba. Depois de conversarem, Malonga tem relações sexuais com Taolo em troca de tabaco. Dias depois, ao saber do caso, Goncho dispõe-se a seguir as normas do direito tradicional no caso de adultério da esposa e procura Taolo a fim de lhe exigir uma indemnização. Segundo o direito tradicional, ou Malonga passaria a ser esposa de Taolo, ou, em alternativa, este pagaria a dívida e a jovem permaneceria casada com Goncho. O marido traído escolhe esta

segunda solução por a considerar mais lucrativa, uma vez que, sendo aquela esposa tão jovem, ainda poderia “colaborar em muitas outras culpas” (GALVÃO, 1929, p. 131), isto é, ainda poderia traí-lo muitas vezes e, conseqüentemente, locupletá-lo com as indenizações dos amantes. Taolo paga a Goncho “apenas” um boi e duas cabaças de marufo, fazendo questão de que o credor lhe abatesse na dívida o tabaco que dera a Malonga. A história conclui-se com uma evocação melancólica do velho Goncho à falecida esposa, Mariba: “Goncho lembrava-se apenas, com certa melancolia, da pobre Mariba, que bem podia ter encontrado no rio um Taolo em vez de um jacaré” (GALVÃO, 1929, p. 133).

Resta referir, a respeito do destino deste texto pretensamente etnográfico, onde Henrique Galvão, numa aversão à mulher africana que será sempre uma constante ao longo de toda a sua vasta obra literária, descreve o quotidiano da vida familiar de um polígamo angolano colocado no grau mais baixo da cadeia evolutiva darwiniana, um pormenor surpreendente que se nos afigura mais relevante do que uma simples curiosidade: Armando Zuzarte Cortesão, o mesmo Agente Geral das Colónias que em Janeiro de 1930 considerara *Em Terra de Pretos* uma obra anti-patriótica (CORTESÃO, 1930a), ressalva, meses depois, em Junho, esta crónica de entre as outras de Henrique Galvão, considerando as suas páginas “bem observadas e bem escritas” (Sic.), e publica-a no *Boletim da Agência Geral das Colónias* (CORTESÃO, 1930b).

Que conclusão retirar deste facto inusitado? Sem dúvida a de que para a propaganda colonial portuguesa interessava, acima de tudo, transmitir do angolano a imagem que Henrique Galvão esboça na crónica “Coisas de Pretos” e na qual prosseguiria mais tarde em romances tais como *O Velo d’Oiro* e *O Sol dos Trópicos*. Em contrapartida, o colonizador português deveria ser apresentado como um exemplo de ordem e civilização, paradigma esse que Henrique Galvão, manifestamente, não quis respeitar.

## Referências

### Bibliografia Activa

GALVÃO, Henrique. *Em Terra de Pretos. Crónicas de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 1929, 199 p.

### Bibliografia Passiva

CARVALHO, Ruy Duarte de. *Os Papéis do Inglês*. Lisboa: Cotovia, 2000, 185 p.

COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer. Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*, Prefácio de José Medeiros Ferreira. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, 328 p.

CORTESÃO, Armando Zuzarte. Editorial. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Lisboa, Ano 6º, Nº55, p. 84-95, Janeiro de 1930a.

\_\_\_\_\_. Editorial. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 6º, Nº60, pp.87-91, Junho de 1930b.

DUARTE, José Bento. *Senhores do Sol e do Vento. Histórias verídicas de portugueses, angolanos e outros*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, 314 p.

GALVÃO, Henrique. *O Vélo d'Oiro (Romance Colonial)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1933, 291 p.

GALVÃO, Henrique. *O Sol do Trópicos (Romance Colonial)*. Lisboa: Edição do Autor, 1936, 322 páginas.

MONTOITO, Eugénio. *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, 211 p.

NETO, João Pereira. *Angola. Meio Século de Integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, 332 p.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. I., Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986a, 397 p.

\_\_\_\_\_. *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. II., Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986b, 433 p.

PINTO, Alberto Oliveira. O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e Propaganda, *Clio*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, Vol. 7, 2002, p.191-256.

RAPOSO, Hipólito. *Ana a Kalunga. Os Filhos do Mar*. Lisboa: Ottosgráfica – Conde Barão, 50, 1926, 224 p.